

DINHEIRO PÚBLICO

Os repasses não são ilegais, mas chama a atenção o alto valor destinado, individualmente, a alguns parlamentares. Um deles chegou a receber R\$ 482 mil ao longo do ano passado. O máximo permitido, por despesa, é de R\$ 135,4 mil

Câmara pagou R\$ 4,6 mi em reembolso

» ISRAEL MEDEIROS

A Câmara pagou R\$ 4,6 milhões em reembolso de despesas médico-hospitalares em 2024, apesar de já oferecer um plano de saúde aos deputados e a seus dependentes. Desde 2019, foram reembolsados pelo menos R\$ 30 milhões aos parlamentares que preferiram recorrer à rede privada sem utilizar plano de saúde, segundo levantamento feito pelo **Correio** com dados públicos e via Lei de Acesso à Informação (LAI).

Em 2024, dos 513 deputados, 218 solicitaram reembolsos. Desses, sete receberam valores superiores a R\$ 100 mil, que se somaram aos R\$ 44 mil de salário mensal e aos demais benefícios que cada parlamentar tem direito. Um deputado do Espírito Santo recebeu, sozinho, R\$ 482 mil ao longo de todo o ano. O menor valor acumulado foi de R\$ 183. Em 2023, o maior valor recebido por um deputado foi de R\$ 381 mil. Naquele ano, a Câmara desembolsou R\$ 4,9 milhões. O ato da Câmara que instituiu

os reembolsos é de março de 2013. Daquele ano até 2021, o valor máximo permitido por despesa médica para cada parlamentar era de R\$ 50 mil. Em março de 2021, no início do primeiro biênio da gestão do então presidente Arthur Lira (PP-AL), o político assinou um aumento de 170,8% no limite desses valores. Passou a ser de R\$ 135,4 mil. À época, Lira disse que o aumento era necessário por causa da alta da "Inflação Médica".

A comodidade caiu nas graças dos parlamentares. Até deputados com discurso anti-privilégios fazem uso dos reembolsos. É o caso, por exemplo, do deputado Kim Kataguiri (União Brasil-SP), pelos discursos e propostas pelo fim dos supersalários e dos penduricalhos para agentes públicos.

Ele foi um dos autores, por exemplo, da proposta de emenda à constituição (PEC) de corte de gastos, alternativa apresentada no fim de 2024, quando o governo costurava um acordo para aprovar seu pacote. Ele recebeu R\$ 71 mil em reembolso com despesas médico-hospitalares em 2023 e 2024. Ao **Correio**, o parlamentar afirmou que, desde o

01/02/2025 Ed Alves/CB/DA Press.



Em 2024, dos 513 deputados, 218 solicitaram reembolsos por despesas médicas. No caso de sete deles, o valor ultrapassou os R\$ 100 mil

primeiro mandato, defende a redução de privilégios e a transparência no uso do dinheiro público. "Os reembolsos que solicitei foram exclusivamente para despesas essenciais ao exercício do mandato, dentro das regras estabelecidas pela Câmara. Nunca

usei verba pública para luxos ou gastos supérfluos", rebateu.

Kataguiri comentou ainda que "a verdadeira incoerência está no sistema atual, que permite abusos e privilégios". Segundo o deputado, a PEC do equilíbrio fiscal, apresentada

por ele, procura corrigir o problema ao propor, entre outras medidas, a limitação dos recursos destinados às emendas parlamentares que, segundo ele, "já estão desenfreadas, em alguns casos sem transparência, servindo como moeda

de troca política e instrumento eleitoral".

"Também defendo a PEC Antiprivilégios, que reduz abusos no funcionalismo público, acabando com penduricalhos e benefícios que não existem no setor privado", afirmou.

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Kataguiri diz que os valores recebidos foram usados "dentro das regras"

Dispositivo é legal

O recebimento de reembolsos está previsto no regimento interno da Câmara. Ocorre que os deputados já têm acesso ao Programa de Assistência à Saúde da Câmara dos Deputados (Pró-Saúde), que permite incluir dependentes para atendimento médico-hospitalar e odontológico.

A adesão não é obrigatória, mas os parlamentares que escolhem aderir podem optar pela contribuição mensal cheia ou por um modelo de coparticipação. O plano usa a rede credenciada da Caixa Econômica Federal e garante acesso a alguns dos melhores hospitais do país, como o Sírio-Libanês, em São Paulo (SP) e o DF Star, em Brasília, ambos destinos frequentes de governadores e de presidentes e ex-presidentes da República.

Pelas regras da Casa, os pedidos de reembolso são analisados pelo segundo vice-presidente.

Benefícios

Os reembolsos e o plano de saúde se somam aos benefícios que os deputados já têm, como o salário mensal de R\$ 44 mil, que é o teto do funcionalismo público. Também recebem auxílio-moradia, no valor máximo de R\$ 4.253,00 ou imóvel funcional para residir em Brasília. Além disso, têm direito a uma cota parlamentar para custear os gastos do

Pequena queda	
ANO	TOTAL REEMBOLSADO
2023	R\$ 4,9 milhões
2024	R\$ 4,6 milhões

mandato e à verba de gabinete, para pagamento de assessores em Brasília ou no estado de origem.

A Câmara reembolsa atendimentos ambulatoriais ou hospitalares, incluindo quimioterapia e radioterapia; exames complementares de diagnóstico; assistência domiciliar; assistência prestada por médico, enfermeiros, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais. Há, ainda, reembolso para a transferência entre centros clínicos em casos de urgência; órteses e próteses e assistência odontológica.

Segundo a Câmara, os reembolsos não se estendem aos dependentes. São concedidos apenas a despesas de saúde do próprio deputado. O benefício também não engloba gastos com acompanhantes, passagens, telefones e outros serviços não relacionados ao atendimento. Remédios não registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e tratamentos estéticos também não entram.

TOP 3

CORREIO BRAZILIENSE

2025

WEB & APP

DIGITAL100 powered by similarweb

A INFORMAÇÃO DE CREDIBILIDADE SEMPRE RECONHECIDA

○ Correio Braziliense é o 3º portal jornalístico que mais cresceu no Brasil em 2024 e o líder absoluto em crescimento no DF, de acordo com o Digital 100 WEB & APP da Similarweb.

WWW.CORREIOBRAZILIENSE.COM.BR

Fonte: Similarweb Brasil - Relatório Digital 100/JAN-2025 - Visitantes únicos (2024 em comparação a 2023). Recorte: portais de conteúdo jornalístico no Brasil.